



Introdução à discussão sobre gênero na Geografia

Introduction to the discussion on gender in Geography

Introducción a la discusión sobre género en Geografía

Washington Ramos dos Santos Junior¹

1

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v2i1.12112>

Resumo: O objetivo deste ensaio é introduzir a discussão de Gênero nas disciplinas História do Pensamento Geográfico e Introdução à Ciência Geográfica, para as turmas ingressantes de bacharelado e de licenciatura em Geografia. Nesse sentido, cabe ressaltar que as deficiências da educação básica contribuem para o desconhecimento de uma série de conceitos fundamentais para as disciplinas introdutórias do pensamento geográfico, e isso não é diferente com o conceito de Gênero. Nossa abordagem, portanto, inicia-se com o fato biológico e, em seguida, aborda as questões culturais relacionadas ao tema, mencionando sua *geo-grafia*. A metodologia empregada consiste em revisão bibliográfica da temática, desde a Biologia até a Geografia, com enfoque na *invenção* e nas *políticas do sexo*.

Palavras-chave: Gênero. Geografia. Cultura. Biologia. Sexualidade.

Abstract: The objective of this essay is to introduce the discussion of Gender in the disciplines History of Geographical Thought and Introduction to Geographical Science, for incoming classes of bachelor's and teaching degrees in Geography. In this sense, it should be noted that deficiencies in basic education contribute to the lack of knowledge of a series of fundamental concepts for the introductory disciplines of geographic thinking, and this is no different with the concept of Gender. Our approach, therefore, begins with the biological fact and then addresses the cultural issues related to the theme, mentioning its geography. The methodology used consists of a bibliographical review of the theme, from Biology to Geography, with a focus on the *invention* and *politics of sex*.

Key words: Gender. Geography. Culture. Biology. Sexuality.

Resumen: El objetivo de este ensayo es introducir la discusión de Género en las disciplinas Historia del Pensamiento Geográfico e Introducción a las Ciencias Geográficas, para los cursos entrantes de licenciatura y magisterio en Geografía. En este sentido, cabe señalar que las carencias de la educación básica contribuyen al desconocimiento de una serie de conceptos fundamentales para las disciplinas introductorias del pensamiento geográfico, y esto no es diferente con el concepto de Género. Nuestro abordaje, por lo tanto, parte del hecho biológico y luego aborda las cuestiones culturales relacionadas con el tema, mencionando su geografía. La metodología utilizada consiste en una revisión bibliográfica del tema, desde la Biología hasta la Geografía, con foco en la *invención* y en las *políticas*

¹ Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP); doutorando em Geografia Humana pela USP; Mestre em Geografia Humana pela USP; professor efetivo do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista. E-mail: washington.junior@uesb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0198-485X>





del sexo.

Palabras-clave: Género. Geografía. Cultura. Biología. Sexualidad.

1 Introdução

Bem no início de 2019, vimos a ministra brasileira da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, pastora evangélica da Igreja Batista, afirmar que “*menino veste azul e menina veste rosa*” (MENINO VESTE..., 2019). Dias depois, uma reportagem sensacionalista do programa Fantástico (JUSTIÇA..., 2019) publicizou o segredo de Lourival, um homem trans. Na chamada do vídeo, lê-se: “Lourival Bezerra de Sá [...] teve um infarto fulminante em casa. Os socorristas levaram seu corpo [...] [e], então, a surpresa: *o homem era na verdade uma mulher*” (grifo nosso). Cada vez mais discutido no Brasil, esse tema frequentemente desperta polêmica e paixões, embora haja uma tradição acerca desses estudos de décadas nos países de capitalismo avançado, inclusive na Geografia (CLIFFORD et al., 2013; CLOKE, JOHNSTON, 2005; EARLE, MATHEWSON, KENZER, 1996; ROSE, 1996; SILVA, 2009a, 2009b).

Hobsbawn (1995, p. 316) conta-nos que nas décadas de 1960 e 1970 houve um momento de “extraordinária liberação tanto para os heterossexuais”, sobretudo mulheres, “quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual”. A segunda onda do movimento feminista, a partir da década de 1960, contribuiu para mudanças sociais, cujo ícone maior é a queima de sutiãs que não ocorreu, durante um concurso *Miss America*, nos Estados Unidos (LA VERDAD..., 2018). Devemos lembrar que a pílula anticoncepcional havia sido comercializada pela primeira vez em 18 de agosto de 1960, nos EUA (HARTL, s/d), revolucionando a própria sociedade e tendo impactos duradouros.

A década de 1960 foi um período de forte efervescência política, não apenas com o feminismo, mas com a luta pelos direitos civis e de combate ao racismo, o movimento ambientalista e o movimento LGBT+, em período simultâneo de descriminalização do homoerotismo. É importante lembrar que no dia 28 de junho de 1969 tiveram início os protestos de homossexuais contra o assédio policial no *Stonewall Inn*, em Nova York, juntamente com pessoas de gêneros outros, contribuindo para a transformação dessa data em marco da luta dos direitos da população LGBT+, ao instituir o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

Essa efervescência política foi incorporada às universidades e também à Geografia,





fundamentalmente masculinas, brancas e heterossexuais. Na Europa, nos EUA e no Canadá, a Geografia Feminista tinha por objetivo construir a igualdade de gênero no seio dessa ciência; desenvolver investigações geográficas centradas nas mulheres; e, por fim, questionar a epistemologia e a metodologia que sustentavam a hegemonia masculina (SILVA, 2009a, p. 27). Também na década de 1970, houve a superação da identidade entre gênero e sexo biológico e, no decênio posterior, foram incorporadas a narrativa marxista e a noção de patriarcado.

Na década de 1990, o movimento feminista diversificou-se e passou a questionar a predominância e o protagonismo das mulheres brancas. Ademais, já estavam institucionalizados nos países de capitalismo avançado os departamentos, as revistas científicas, os institutos e o próprio arcabouço teórico sobre gênero. Assim sendo, trazemos a definição de gênero e sua distinção em relação ao sexo. Scott (1990, pp. 75-6) lembra que *gênero* pode ser mais que um substituto para *mulher*, e seu uso “sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo”. Ademais, “rejeita explicitamente explicações biológicas [...] para diversas formas de subordinação feminina”, a fim de indicar “a construção inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1990, pp. 75-6). Ainda segundo a autora (SCOTT, 1990, pp. 86-8),

[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. [...] [O] gênero implica quatro elementos inter-relacionados: [...] os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas[;] [...] os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas[;] [...] [o] desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero. [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. [...] [O] gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Desse modo, o gênero “estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1990, p. 88) e estabelece relações de poder assimétricas. Por sua vez, isso está relacionado diretamente à divisão sexual do trabalho, à subsistência humana, às





trocas comerciais e às relações políticas, não sendo apenas uma forma de impactar a relação entre homem e natureza, mas a própria causa dessa mediação. Assim, o gênero é fundamental para a compreensão dos fenômenos espaciais: um exemplo dado por Scott (1990, p. 89) menciona que, “em certas culturas, a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas da oposição entre masculino e feminino”.

Este trabalho tem por objetivo introduzir aos alunos ingressantes do curso de Geografia a temática de Gênero e está estruturado em duas partes: a primeira, traz os fatos da Biologia como interpretados contemporaneamente; a segunda disserta sobre como a cultura define o gênero e, até mesmo, a compreensão acerca das características físico-biológicas do sexo, já que a percepção e o conhecimento que temos hoje são diferentes daqueles que os gregos tinham há dois mil anos, ainda que possam ocorrer reminiscências de tempos pretéritos na hermenêutica contemporânea.

2 Gênero e Biologia

O conceito de gênero cria uma ruptura na percepção do homem como ente biológico, uma vez que torna visível aquilo que historicamente temos insistido em invisibilizar: as anomalias cromossômicas e as pessoas intersexo. O desenvolvimento da Genética é muito recente, do final do século XIX, e o conhecimento dos cromossomas sexuais se desenvolveu a partir do início do século XX. Em uma aula online da Universidade de São Paulo (s/d), lemos que o “sexo de um indivíduo será irreversível se for baseado somente nos cromossomos sexuais – a não ser que se possa alterar os cromossomos”. Entrelinhas, talvez haja uma possível naturalização da dicotomia entre macho e fêmea, mas devemos lembrar que essa dicotomia não é absoluta.

Geneticamente, há outras combinações possíveis dos cromossomas sexuais, consideradas anomalias, numéricas e estruturais², pelo discurso médico e classificadas no Catálogo Internacional de Doenças (DATASUS, s/d; OMS, 2018). Acerca destas, Pereira (1997, p. 44) afirma que as “anomalias numéricas dos cromossomas sexuais são representadas

² Numéricas se referem a não disjunção cromossômica e a alteração no número de cromossomos; estruturais ocorrem por conta de uma quebra do cromossomo e a sua posterior reconstituição, implicando ganho ou perda de material cromossômico (EUROGENTEST, 2008, pp. 4-6).





por monossomias de X, polissomias de X e polissomias de Y, associadas ou não, a mosaicism³”; ademais, menciona a ocorrência de “translocações envolvendo o cromossoma X”, “anomalias estruturais de Y” e “disgenesia⁴ e hermafroditismo”. Já na década de 1930, surgiram as primeiras descrições de alterações genéticas relacionadas aos cromossomas sexuais. Entre elas, podemos citar a Síndrome de Klinefelter, a Síndrome de Turner, o Distúrbio da Diferenciação Sexual Testicular 46,XX (Síndrome do Homem XX) e a Síndrome de Jacobs (Síndrome XYY ou Síndrome do Super-macho), conforme as figuras 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Figuras 1, 2, 3 e 4: Transtornos do desenvolvimento sexual.



Figura 1: Imagem de portador da Síndrome de Klinefelter – ginecomastia, alta estatura, pênis pequeno e testículos pouco desenvolvidos, distribuição de gordura feminina



Figura 3: Distúrbio da Diferenciação Sexual Testicular 46,XX – pênis sem alterações, testículo direito atrófico, testículo esquerdo diminuído, pilificação ginecoide.

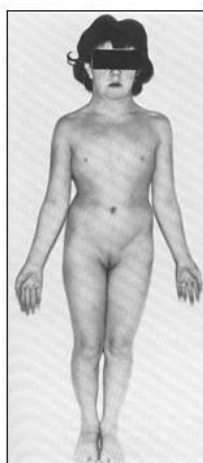


Figura 2: Imagem de portadora da Síndrome de Turner – baixa estatura, pescoço alado, pelos pubianos reduzidos ou ausentes, aparência senil, retardo mental.

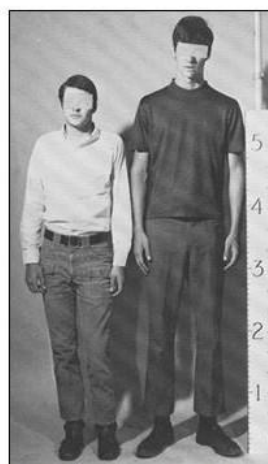


Figura 4: Síndrome de Jacobs – dois irmãos gêmeos, o mais alto com cromossomo XYY.

³ [...] [F]enômeno em que, apesar de a pessoa [...] possuir duas ou mais linhagens celulares, estas são derivadas de modificações em células de um único embrião (CIENCIAMA.O.USP.BR, 2006-15).

⁴ [...] [C]ondição caracterizada por gônadas em fita, com ausência de células germinativas, e desenvolvimento dos órgãos genitais internos e externos no sentido feminino (BAGNOLLI, s/d).



Fontes: <http://www.ghente.org/ciencia/genetica/klinefelter.htm>;
<http://www.ghente.org/ciencia/genetica/turner.htm>; (BIANCO *et al.*, 2011, p. 395);
<http://www.ghente.org/ciencia/genetica/xyy.htm> (respectivamente).

Contemporaneamente, Eric Vilain (LEHRMAN, s/d) alerta que os termos hermafrodita e intersexo “são vagos e prejudiciais”. Na entrevista com este geneticista, ele informa que na “biologia, é preciso analisar a exceção para compreender o geral” (LEHRMAN, s/d), ou seja, “compreender um indivíduo com intersexualidade nos leva a entender o desenvolvimento de masculinos e femininos típicos” (LEHRMAN, s/d). É interessante perceber que a ciência ainda não conhece perfeitamente os mecanismos genéticos de determinação biológica do sexo, e que, com as pesquisas do cientista, pôde-se “identificar os genes antimasculinos, reformulando a via feminina de passiva para ativa” (LEHRMAN, s/d), e “demonstrar o envolvimento de genes na diferenciação sexual cerebral, tornado o cérebro masculino ou feminino, independentemente dos hormônios” (LEHRMAN, s/d).

Eric Vilain (LEHRMAN, s/d) reitera ainda, quando comenta sobre pessoas com Transtorno/ Distúrbio do Desenvolvimento Sexual, que a “aflição psicológica dos pais deve ser tratada por um psicólogo ou psiquiatra, e não pela intervenção cirúrgica da criança”. Há, ainda, controvérsias sobre o termo utilizado, uma vez que se o intersexo “é apenas uma variante normal ou circunstancial, não se justifica a necessidade de atenção médica”. O pesquisador opta pelo termo transtorno/distúrbio porque “espero que todas as regras, os conhecimentos e as práticas da medicina moderna sejam aplicados à área do intersexo”. Cabe ressaltar que “um em 4.500 bebês possuem ambiguidade genital ao nascer, como o clitóris semelhante a um pênis, ou vice-versa”. Segundo Marlene Inácio (2010), o

[...] estabelecimento do sexo cromossômico do zigoto no momento da fertilização inicia o complexo processo de desenvolvimento sexual nos mamíferos. Este processo é constituído por uma sequência de eventos tecido-tempo-específicos do qual participam inúmeros genes, fatores transcricionais, hormônios e receptores hormonais. Os eventos subsequentes secundários à ação dos hormônios gonadais promoverá o desenvolvimento da genitália interna e externa. Os DDS têm uma incidência estimada em 1 de 2.500 nascimentos e resultam de anormalidades no complexo processo de determinação e diferenciação sexual, o qual tem origem na informação genética contida nos cromossomos X, Y e vários autossomos.

Tavares & Castedo (2006, p. 01) atestam que as alterações dos cromossomas sexuais possuem prevalência entre 1 a 300 e 1 a 400 nascidos vivos, e perfazem “25% das anomalias

cromossômicas detectadas em” diagnósticos pré-natais. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que entre 0,05% e 1,7% da população mundial nasce com características intersexuais, o que equivale dizer que a estimativa mais elevada quantifica o número de intersexuais na mesma proporção que a de ruivos (ONU, 2017a). Isso ajuda a perceber o quanto essa população é invisibilizada. No Brasil, utilizando-se da estatística da ONU, essa população varia entre 104.250 e 3.544.500 habitantes, para estimativa populacional de 208,5 milhões de habitantes em 2018 (IBGE, 2018). Cabe ressaltar que ao longo dessa pesquisa não encontramos dados nacionais oficiais sobre essa população.

Nesse sentido, três casos se tornaram recentemente mais conhecidos em função do acesso à Internet e às telecomunicações. Um caso noticiado pela BBC Brasil (MOSLEY, 2015) e pela National Geographic (THE VILLAGE..., 2015) conta a história das meninas que ‘ganham’ pênis aos 12 anos, e por isso denominados guevedoces. Essa situação pode ser explicada devido “à deficiência de uma enzima chamada 5-alfarredutase, que normalmente converte a testosterona em di-hidrotestosterona” (MOSLEY, 2015), fazendo com que os meninos não desenvolvam a genitália masculina ao nascer. O britânico Andrew Wardle protagonizou um documentário intitulado *O homem sem pênis*, em que conta sua trajetória – ele nasceu com extrofia de bexiga – e como conseguiu ter relações sexuais com mais de 100 mulheres (TLCTVUK, 2018). Outro britânico, Will Golden, nasceu sem pênis, e hoje é naturista e faz disso um ativismo. As figuras 5 e 6 em seguida mostram a indiferenciação sexual no nascimento e uma foto do naturista supracitado.

Figuras 5 e 6: Casos de DDS ao nascer e foto de Will Golden.



Figura 5: Indiferenciação sexual ao nascer – menino ou menina?



Figura 6: Will Golden, o homem que nasceu sem pênis.

Fonte: Antonini (2013, p. 21); http://webspaces.webring.com/people/qw/will_golden/BornDifferent/TC19.J.PG.



Esses casos ilustram a intersexualidade e os DDS relacionados. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2014: 8), este termo é utilizado para se referir a diferentes formas em que pode ocorrer, seja cromossômica, gonádica ou anatômica e não pode ser confundido com a transexualidade. Infelizmente, a invisibilidade da população intersexual favorece o desrespeito aos direitos fundamentais e a discriminação. A Organização Intersexo Internacional Europa (OII Europe) (2018) protesta contra a patologização da população intersexual, que “é submetida a cirurgias invasivas e irreversíveis e outros tratamentos médicos com base nos chamados distúrbios e malformações”.

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (2018) afirma que a incongruência de gênero foi removida “das desordens mentais na Classificação Internacional de Doenças e tipificada como condições de saúde sexual”. Ademais, embora não seja um distúrbio mental, a intersexualidade demanda “significativas necessidades de cuidado com a saúde que podem ser melhor satisfeitas se a condição é codificada pela CID”. Desse modo, podemos perceber que ainda está vigente um conflito narrativo entre direitos fundamentais e a ciência. Ainda que a preocupação científica seja válida, nada assegura à população intersexual que ela não seja alvo de arbitrariedades. Uma delas fundamental para compreender as dificuldades em relação ao conceito de gênero: o direito de o sujeito intersexo se autoafirmar quanto a sua identidade de gênero.

3 Gênero e cultura

Uma reportagem recente (WARKEN, 2018) comenta sobre a trajetória de vida de Luísa Freitas, que nasceu com pênis e vagina, útero, ovários e testículos. Identifica-se como mulher, engravidou e deu à luz uma menina, mas havia sido registrada como do sexo masculino. Obviamente, isso trouxe muitos problemas ao longo de sua vida. Isso permite perguntar como será atribuído o gênero do intersexo, o que está longe de ser encarado pela sociedade, porque serve como precedente para que pessoas transexuais tenham direito a determinar sua identidade de gênero independentemente do sexo biológico. Cabe aqui ressaltar o conflito entre a idealização e a construção da identidade.



Nesse sentido, devemos lembrar que Laquer (2001, pp 19; 41-149) afirma que “o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica” e que em “textos pré-Iluminismo, e mesmo em alguns posteriores, o sexo, ou o corpo, deve ser compreendido como o epifenômeno, enquanto que o gênero, que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou ‘real’”. Havia a ideia de sexo único, uma vez que os órgãos sexuais femininos eram os mesmos que o do homem, apenas invertidos, internos. Assim, o que se pretendia era demonstrar a superioridade do homem diante da mulher, sendo a diferença sexual secundária, se não irrelevante, e decorrente, sobretudo, da diferença do calor entre os corpos de um homem e de uma mulher. O autor (LAQUER, 2001, p. 111; 16-7) atesta ainda que a

[...] história da representação das diferenças anatômicas entre o homem e a mulher é extraordinariamente independente das verdadeiras estruturas desses órgãos, ou do que se conhecia sobre elas. A ideologia, não a exatidão da observação, determinava como eles eram vistos e quais eram as diferenças importantes. [...] [N]os vernáculos europeus só apareceu por volta de 1700 [...] [a palavra] vagina como tubo ou bainha na qual o seu oposto, o pênis, se encaixa e através da qual nasce o bebê.

Na Renascença, ainda havia um sexo único, já que este não constituía, *per se*, um problema: “[e]m um mundo onde o nascimento era tão importante, o sexo era mais uma característica atribuída com consequências sociais” – o “corpo parecia ser o absoluto fundamento de todo o sistema do gênero bipolar” (LAQUER, 2001, pp. 170-1), ou seja, devido ao calor corporal, a criança que nascia com o pênis externo era menino, e a que nascia com pênis interno era menina. Quanto aos intersexos, “a questão não era ‘a que sexo eles pertenciam realmente’, mas a que gênero a arquitetura de seus corpos mais se ajustava” (LAQUER, 2001, p. 171). Somente no século XVIII é que “o sexo como nós conhecemos foi inventado”: os dois sexos “foram inventados como um novo fundamento para o gênero” e “o trabalho cultural que no modelo de uma só carne fora feito pelo gênero, passava agora para o sexo” (LAQUER, 2001, pp. 189-91). Ainda segundo Laquer (2001, pp. 192; 242):

[...] o contexto para a articulação de dois sexos incomensuráveis não era nem uma teoria de conhecimento nem avanços no conhecimento científico. O contexto era político. Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública, altamente ampliada do século XVIII, e em especial no século XIX pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas. Quando, por várias vezes, a ordem transcendental preexistente ou os costumes de tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha do gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma



variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos. [...] As reivindicações universais por liberdade e igualdade humana durante o Iluminismo não excluía inerentemente a metade feminina da humanidade. A natureza tinha de ser buscada se os homens quisessem justificar seu domínio na esfera pública, cuja distinção da esfera privada figuraria cada vez mais em termos de diferença sexual. [...] A criação de uma esfera pública burguesa [...] levantou com violência a questão de qual sexo(s) deveria ocupá-la legitimamente.

Desse modo, o comportamento humano passou a se subordinar ao sexo biológico, agora dimórfico. Filosoficamente, a Modernidade traz uma oposição entre Hobbes e Locke, segundo Laquer (2001, p. 195), acerca da relação entre os gêneros. Nesse sentido, os “teóricos políticos, a começar por Hobbes, argumentavam que não havia base na natureza, na lei divina ou na ordem cósmica transcendental para nenhum tipo específico de autoridade”, incluindo a do homem sobre a mulher, ainda que ambos considerem os homens “chefes de famílias e de nações”. Estes são os que “fazem o contrato social”. Ademais, para Locke, o homem é o mais forte e capaz (LAQUER, 2001, pp. 195-6). Clark (1977, p. 700) afirma incisivamente que “há uma desigualdade dos sexos e que o homem ser superior está implícito e explícito em Locke”.

Isso nos permite compreender que, “[e]mbora problemática, a tendência da primeira teoria de contrato” – moderna, hobbesiana, do Leviatã e do estado de natureza – “é tornar a subordinação da mulher ao homem resultado da operação dos fatos da diferença sexual, de suas implicações utilitárias. O que importa é a força superior de suas funções reprodutivas”. Assim, os “corpos, nesses discursos, não são o sinal mas o fundamento da sociedade civil” (LAQUER, 2001, p. 196). Assim, a

[...] teoria do contrato social, nos termos mais abstratos, postulava um corpo que, se não assexuado, fosse no entanto indiferenciado nos seus desejos, interesses ou capacidade de raciocínio. Em flagrante contraste com a antiga teleologia do corpo masculino como padrão, a teoria liberal começou com um corpo neutro individual: com sexo mas sem gênero, em princípio sem consequência para a cultura, uma mera localização do sujeito racional que constitui a pessoa. O problema dessa teoria era como legitimar como ‘natural’ o mundo real de domínio do homem sobre a mulher, de paixão sexual e ciúmes, de divisão sexual no trabalho e de práticas culturais geralmente advindas de um estado original de ausência de gênero. A resposta para os teóricos do contrato social à criação dos ‘seres naturais reconhecíveis’ [...] foi ‘introduzir características sociais na condição natural’. Embora o argumento funcionasse em detalhes, o resultado final era a exclusão feminina da nova sociedade civil por razões baseadas na ‘natureza’. A biologia de incomensurabilidade sexual ofereceu a esses teóricos uma forma de explicar – sem se reportar às hierarquias do modelo de sexo único – que no estado natural e anterior à existência das relações sociais, as mulheres já eram





subordinadas ao homem. [...] Ironicamente, o sujeito racional sem gênero produziu sexos opostos com gênero.

É fundamental lembrar que tanto Locke quanto Hobbes tiveram um papel fundamental na formulação teórica do contrato social que, por sua vez, tem como sustentáculo o Direito Natural, o qual estabelece a criminalização de condutas tidas como contrárias às leis de deus e da natureza, como, por exemplo, a homossexualidade. Assim, a biologia da incomensurabilidade fundamentada no corpo definia a relação entre homem e mulher como sendo de diferença, naturalizando o que significava ser homem e mulher, atribuindo a ambos o comportamento e o lugar social esperados, estabelecendo a conduta heterossexual para ambos, sob o manto do casamento religioso, e prevendo a geração de filhos. Criam-se os estigmas acerca do onanismo e da prostituição e inventam-se, no século XIX, a homossexualidade e a heterossexualidade. Criam-se, outrossim, tipificações penais para alguns desses comportamentos ‘desviantes’.

Apenas com Freud, já no século XX, há uma redução dessa abordagem biológica do sexo e do gênero. Isso ocorre com a definição do próprio conceito da sexualidade, apesar de a obra do autor e a Psicanálise em si, ainda segundo Laquer (2001) e Kofman (1985) basearem-se em premissas culturalmente enviesadas. O texto *Três ensaios de uma teoria da sexualidade* (FREUD, 2012 [1905]) traz o conceito de pulsão, a qual não tem objeto fixo, e inaugura a desnaturalização da sexualidade humana, no sentido de que ela não existe com fins reprodutores apenas (JORGE, 2007; SIMANKE, 2014; SALLES & CECCARELLI, 2010). O Vocabulário da Psicanálise (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p. 476), editado pela primeira vez no último quartel do século XX, lembra que

[...] se partirmos da visão comum que define a sexualidade como um *instinto*, isto é, como um comportamento pré-formado, característico da espécie, com um objeto (parceiro do sexo oposto) e uma meta (união dos órgãos genitais no coito) relativamente fixos, perceberemos que ela só muito imperfeitamente explica fatos fornecidos tanto pela observação direta como pela análise.

Ao comentar sobre Freud, Laquer (2001, pp. 278; 280) é taxativo:

[...] Freud é um homem do Iluminismo, herdeiro de seu modelo de diferença sexual. Anatomia é destino, disse ele; a vagina é o oposto do pênis, uma marca anatômica da falta de uma coisa na mulher que o homem tem. A heterossexualidade é o estado natural da arquitetura de dois sexos opostos incomensuráveis. Mas Freud, mais que qualquer outro pensador, também se afasta do modelo. A libido desconhece o sexo. O clitóris é uma versão do órgão masculino – por que não o oposto? – e somente postulando uma espécie de histeria feminina generalizada, uma doença na qual a cultura assume o



papel dos órgãos, é que Freud explica como o clitóris supostamente abre mão do seu papel na vida social da mulher em favor de um ‘órgão oposto’, a vagina. Isso, em outras palavras, é uma versão da narrativa moderna central de sexo único em guerra com dois sexos. [...] Em uma época obcecada pela capacidade de justificar e distinguir os papéis sociais do homem e da mulher, a ciência parece ter encontrado na diferença radical do pênis e da vagina não só um sinal de diferença sexual como seu próprio fundamento.

Laquer (2001, p. 280) assevera ainda que o “modelo de sexo único, dominante no pensamento anatômico durante dois mil anos” era tão falocêntrico quanto o modelo freudiano fundamentado no “discurso da diferença sexual”. Gayle Rubin (2017 [1975], pp. 30-1) propugna que um modelo falocêntrico, assim como o utilizado por Freud, tem relação com o existente na obra de Lévi-Strauss:

[...] podemos considerar que as Estruturas elementares do parentesco respeitam certas condições prévias. De um ponto de vista puramente lógico, uma regra que proíbe certos casamentos e prescreve outros pressupõe a existência de uma regra que exige que o casamento ocorra. E o casamento pressupõe que indivíduos estejam dispostos a casar. É interessante levar esse tipo de exercício dedutivo ainda mais longe que Lévi-Strauss, e explicar a estrutura lógica subjacente a toda a sua análise do parentesco. No nível mais geral, a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina. O gênero é uma divisão de sexos imposta socialmente. Ele é produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco se baseiam no casamento. Eles, portanto, transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em ‘homens’ e ‘mulheres’, como se cada uma dessas metades incompletas só encontrasse a completude quando unida à outra. [...] Mas a ideia de que os homens e as mulheres são duas categorias mutuamente excludentes deve vir de algo diferente de uma oposição ‘natural’ – que, por sinal, não existe. Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão de semelhanças naturais. E isso demanda repressão: nos homens, do que quer que seja a versão local de traços ‘femininos’; nas mulheres, do que quer que seja a versão local de traços ‘masculinos’.

Ainda que haja a necessidade de mais pesquisas, é importante lembrar que até a Revolução Científica havia “uma ideia da natureza como mãe nutridora a quem a humanidade é organicamente ligada, e o nascimento de uma concepção de natureza como um objeto feminino a ser estudado e explorado pelos homens” (LAQUER, 2001, p. 140). Essa associação entre o feminino e a natureza é deveras antiga na história da humanidade, conforme nos atesta Eliade (2010, pp. 50-1):

[...] a fertilidade da terra é solidária com a fertilidade feminina; consequentemente, as mulheres tornam-se responsáveis pela abundância das colheitas, pois são elas que conhecem o ‘mistério’ da criação. Trata-se de um mistério religioso, porque governa a origem da vida, a alimentação e a morte.

Mais tarde, após a descoberta do arado, **o trabalho agrário é assimilado ao ato sexual**. Mas, durante milênios, a terra-mãe dava à luz sozinha, por partenogênese. A lembrança desse ‘mistério’ sobrevivia ainda na mitologia olímpica [...]. **Um simbolismo complexo**, de estrutura antropocósmica, **associa a mulher e a sexualidade** aos ritmos lunares, **à Terra (assimilada ao útero)** e àquilo a que devemos chamar o ‘mistério’ da vegetação. Mistério que reclama a ‘morte’ da semente a fim de assegurar-lhe um novo nascimento, tanto mais maravilhoso quanto se traduz por uma espantosa multiplicação. [...] A criatividade religiosa foi despertada não pelo fenômeno empírico da agricultura, mas pelo mistério do nascimento, da morte e do renascimento identificado no ritmo da vegetação. (grifos nossos).

Isso pode servir, em parte, de base para indagar o quanto essa simbologia agrária está relacionada ao parentesco descrito por Lévi-Strauss e o quanto essa estrutura está presente na relação entre homem e natureza, sendo, portanto, geográfica. De todo modo, cabe ressaltar que a estrutura organizacional do parentesco, em sociedades pré-estatais, é o que determina a “troca de bens e serviços, a produção e a distribuição, a hostilidade e a solidariedade, os rituais e as cerimônias” (RUBIN, 2017 [1975], p. 21). Embora varie grandemente de uma cultura para outra, o parentesco pode ser considerado a “imposição de uma organização cultural sobre os fatos da procriação biológica” e como “para Lévi-Strauss a essência dos sistemas de parentesco pode ser identificada na troca de mulheres entre os homens, ele constrói uma teoria implícita da opressão sexual” (RUBIN, 2017 [1975], p. 22).

Para Rubin (2017 [1975], pp. 23-6), a estrutura de parentesco não seria possível sem “a predominância do dar, do receber e do retribuir nas relações sociais” e sem o tabu do incesto, já que este “privilegia os fins sociais da exogamia e da aliança em detrimento dos eventos biológicos do sexo e da procriação”. Nesse sentido, se “as mulheres são os presentes, os homens são os parceiros de troca. E é aos parceiros, não aos presentes, que a troca recíproca confere o poder quase mítico do laço social”. Por conseguinte, na “medida em que as relações estabelecem que os homens são aqueles que efetuam a troca de mulheres, eles é que são beneficiários do produto de tais trocas – a organização social” (RUBIN, 2017 [1975], pp. 23-6). Com efeito, Gayle Rubin (2017 [1975], p. 27) lembra que essas práticas, “[l]onge de se limitarem ao mundo primitivo[,] [...] parecem inclusive ter se tornado mais pronunciadas e comercializadas na maioria das sociedades ‘civilizadas’”.

Economicamente, a opressão das mulheres decorre “das relações que organizam e produzem o sexo e o gênero” (RUBIN, 2017 [1975], p. 29), e a divisão sexual do trabalho “não decorre de uma especialização biológica”, mas sim do propósito de “assegurar a união entre



homens e mulheres, fazendo com que a menor unidade econômica viável inclua pelo menos um homem e uma mulher” (RUBIN, 2017 [1975], p. 30). Com efeito, a

[...] divisão do trabalho por sexo, portanto, pode ser vista como um ‘tabu’: um tabu contra a uniformidade entre homens e mulheres, um tabu que divide os sexos em duas categorias mutuamente excludentes, um tabu que exacerba as diferenças biológicas entre os sexos e, dessa forma, cria o gênero. A divisão do trabalho também pode ser vista como um tabu contra arranjos sexuais diferentes daqueles que envolvam pelo menos um homem e uma mulher, prescrevendo, assim, o casamento heterossexual. [...] Além disso, o gênero é inculcado nos indivíduos de modo a assegurar o casamento. [...] O gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também implica que o desejo sexual se dirija ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho entra em jogo com respeito a ambos os aspectos de gênero – ela cria homens e mulheres e os cria como heterossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e seu corolário, a opressão dos homossexuais, são, portanto, produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres (RUBIN, 2017, pp. 30; 32).

Contemporaneamente, ainda que precise de mais pesquisas e maior sistematização de dados, podemos verificar isso por meio da comparação de algumas variáveis relacionadas aos Direitos Humanos de mulheres e da população LGBT+ em alguns países. O trabalho de Núbia Lira (2017) apresenta duas variáveis – casamento infantil e mutilação genital feminina (MGF). Considerando os países que lideram os rankings de casamento infantil⁵ e de ocorrência da MGF e contrastando com os países que condenam criminalmente a homossexualidade⁶, podemos perceber que dos 34 países que lideram proporcionalmente as estatísticas de casamento infantil, 20 condenam legalmente a homossexualidade e dos 20 que lideram a ocorrência de MGF, apenas 5 não criminalizam o homoerotismo. Em futuras pesquisas, poderiam ser incluídos o feminicídio, a proibição do aborto, a mortalidade materna, o direito de estudar, a participação feminina na política e os direitos humanos básicos, como o de ir e vir e da autotutela.

Cabe estudar ainda as diferentes manifestações culturais de gênero e de sexualidade e

⁵ Níger, Chade, Bangladesh, Guiné, Mali, República Centro-Africana (RCA), Nepal, Uganda, Burkina Faso, Etiópia, Iêmen, Libéria, Malawi, Eritreia, Índia, Afeganistão, Camarões, Nicarágua, Nigéria, República Dominicana, Tanzânia, Madagascar, Mauritània, Benin, Senegal, Guatemala, Gabão, Trinidad e Tobago, Costa do Marfim, Paquistão, Ruanda, Comores e Zimbábue. Destes, Níger, Chade, Mali, RCA, Nepal, Moçambique, Burkina Faso, Nicarágua, República Dominicana, Madagascar, Guatemala, Gabão, Costa do Marfim e Ruanda não criminalizam a homossexualidade (ILGA, 2016). Moçambique (HOMOSSEXUALIDADE..., 2015) e Índia (MARTÍNEZ, 2018) a descriminalizaram recentemente.

⁶ Somália, Guiné, Djibouti, Egito, Mali, Eritreia, Serra Leoa, Sudão, Burkina Faso, Gâmbia, Etiópia, Mauritània, Libéria, Guiné Bissau, Chade, Costa do Marfim, Nigéria, Quênia, Senegal e RCA, com pelo menos 24% das mulheres entre 15 e 49 anos mutiladas. Serra Leoa recentemente proibiu a realização desse procedimento horrendo (SIERRA LEONA..., s/d).



entender de que forma elas estão inseridas em suas sociedades, como, por exemplo, avaliar se há uma divisão sexual do trabalho específica para gêneros outros que homem e mulher. Nesse sentido, cabe mencionarmos a população trans e os nomes que recebem em diferentes territórios, que não podem ser reduzidas à experiência encontrada em nosso país. No Brasil, temos as travestis; no México, as *muxes*; em Tokelau, Samoa e Samoa Americana, há as *fa'afafine*; nas Filipinas, o termo é *transpinay* ou *transpinoy*; *meme*, na Namíbia; *hijra* ou *khawaja sara* no Subcontinente Indiano; *waria*, Indonésia; *meti*, Nepal (ONU, 2017b; HUFFINGTONPOST.COM, 2016; ETTNER, MONSTREY, COLEMAN, 2016).

Povos indígenas norte-americanas apresentam cinco gêneros e a figura dos chamados dois-espíritos (*two-spirit*), pessoa que apresentava espíritos masculino e feminino em um só corpo e eram vistos como presente divino. Um importante guerreiro Lakota era *two-spirit* e casado com uma mulher, como vemos na figura 7 em seguida, o que desmistifica também a orientação sexual de pessoas trans (BIPARTISANREPORT.COM, 2016). Na Índia, os próprios deuses vivenciam variações de gênero – a união de Shiva e Parvati forma o andrógino Ardhanarishvara, como vemos na figura 8 a seguir. Certa vez, Vishnu assumiu forma feminina e seduziu outro deus masculino, Shiva, e ambos deram à luz o deus Ayyappa (PINTO, 2013, pp. 3-4). Esse não é o único caso em que a mitologia religiosa de algumas culturas nos trazem exemplos de variações de gênero, como na figura de Lan Caihe ou Lan Ts'aiho (BRITTANICA.COM, s/d).

Figuras 7 e 8: Osh-Tisch [Ache-os-e-mate-os], guerreiro two-spirit da tribo Lakota, com sua mulher e o deus hindu Ardhanarishvara.





Fontes: <https://bipartisanreport.com/2016/06/19/before-european-christians-forced-gender-roles-native-america-acknowledged-5-genders/>; <https://www.astrovod.com/astropedia/en/gods/ardhanarishvara>.

Os exemplos mencionados anteriormente mostram que a binarização do mundo entre homem e mulher são produto específico de determinada cultura, no tempo e no espaço. Cabe ressaltar que em muitos países onde a homossexualidade é crime hoje houve um profundo processo de aculturação durante o Imperialismo, especialmente em ex-colônias britânicas. Desse modo, o século XIX será importantíssimo para a assimilação mundial não apenas de técnicas ou de aspectos econômicos capitalistas, mas também, e fundamentalmente, de ideologias e de padrões culturais. Contemporaneamente, esse processo se manifesta mais uma vez, já que também é na Europa Ocidental e, em menor escala, nos Estados Unidos, que surge forte movimento de descriminalização e de reconhecimento de direitos fundamentais da população LGBT.

16

Essa binarização, própria da Modernidade europeia, também se manifestou no gênero, sendo imprescindível para o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Embora o trabalho doméstico – quase sempre feminino – não seja contabilizado como parte da produção no modo capitalista, ele é fundamental para o “processo de reprodução do trabalhador de quem se tira a mais-valia” (RUBIN, 2017 [1975, pp. 14-5), o que amplifica o volume desta. Nas palavras de Gayle: “[a]inda que o trabalho doméstico não seja ‘produtivo’, no sentido de produzir diretamente mais-valia e capital, ele não deixa de ser um elemento crucial na produção de mais-valia e capital” (RUBIN, 2017 [1975, pp. 14-5). Historicamente, essa realidade não foi inventada pelo capitalismo, mas este “retomou e renovou concepções sobre masculino e feminino que o antecedem em muitos séculos” (RUBIN, 2017 [1975, pp. 14-5). Nesse sentido, o

[...] que é necessário para reproduzir o trabalhador é determinado em parte pelas necessidades biológicas do corpo humano, em parte pelas condições físicas do lugar onde ele vive, e em parte pela tradição cultural. [...] É precisamente esse ‘elemento moral e histórico’ que determina que uma ‘esposa’ esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens, façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não exercem papel de liderança, na qual as mulheres não falam com Deus (ibid.: 16).

Ademais, Marx (2004, p. 81) lembra que “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si,



tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior”. Esse esvaziamento da interioridade é favorável aos signos e simbologias exteriores, trazendo um esgotamento do conteúdo pela forma – o que fortalece e propicia, por um lado, a definição e naturalização do gênero e, por outro, ocasiona o estranhamento e a alienação. Isso reforça o papel que a indústria cultural exerce sobre o homem no capitalismo desde o século XX e nos permite questionar as razões para uma mudança profunda nas últimas décadas.

Essa mudança pode ser descrita por meio da 1. contracultura e liberação sexual desde a década de 1960; 2. descriminalização da homossexualidade; 3. inserção de grupos aliados do capitalismo mundial à lógica do consumo; 4. feminismo; 5. avanços técnico-científicos relacionados à saúde, como a pílula anticoncepcional; e 6. despatologização do comportamento sexual e da transexualidade. Paralelamente, a reação principal contrária as mudanças comportamentais desde o pós-guerra, especialmente em relação as questões de gênero, veio de parte da Igreja Católica, que tem buscado internacionalmente alianças com a direita política e outros movimentos religiosos para combater e denunciar a chamada ideologia de gênero (PONTIFÍCIO CONSELHO..., 2014).

No Brasil, essas transformações apresentam ritmo e profundidade próprios. Enquanto Europa e EUA vivenciavam a contracultura e a liberação sexual nas décadas de 1960 e 1970, estávamos em pleno regime militar que, além de torturar opositores, estava preocupado em ditar regras de comportamentos e em censurar quaisquer coisas que parecessem inadequadas a certo padrão de conduta ou de ideologia. Isso não impediu que ocorressem dissidências, como a banda Secos e Molhados, o grupo teatral Dzi Croquettes e a ousada Leila Diniz. O uso do nome social por transgêneros foi reconhecido no Brasil apenas em 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF.JUS.BR, 2019) e cabe ressaltar que o país lidera mundialmente o ranking quantitativo de homicídios desse grupo populacional (TRANSRESPECT.ORG, 2018).

Embora desde a década de 1960 diversos grupos tenham sido assimilados, ainda que de forma inferiorizada, às benesses do capitalismo do pós-guerra nos países centrais, e isso tenha acarretado a aquisição de direitos, no Brasil a situação é mais precária. O país reconheceu o casamento igualitário em 2013 (CNJ, 2013), mais ainda é o que mais mata homossexuais no planeta (ILGA, 2017). Quanto às mulheres, a situação é radicalmente contrária àquela encontrada nos países desenvolvidos – criminalização do aborto, casamento infantil, sub-representação política e falta de estrutura para proteção de mulheres vítimas de violência

doméstica. Com efeito, o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado pela desigualdade de gênero faz o Brasil perder quinze posições (UNDP.ORG, 2018a; UNDP.ORG, 2018b). Talvez por sua herança escravista, ainda há uma grande resistência no país em reconhecer direitos fundamentais de certos grupos.

Em relação ao conhecimento geográfico, um dos filhos do atual presidente do Brasil, vereador pela cidade do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, do Partido Social Liberal, de extrema-direita, postou um comentário pejorativo acerca de uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que tinha gênero como tema central (FURG.BR, 2019). Isso mostra o quanto a discussão sobre gênero ainda causa incômodo na sociedade brasileira e, infelizmente esse tema ainda é negligenciado pela Geografia. Silva (2009b, p. 59) atesta que, embora tenha ocorrido uma feminização da geografia brasileira, esta ainda “permanece impermeável à abordagem de gênero”. Para a autora Silva (2009b, pp. 76; 80-1), isso decorre

[...] de algumas premissas históricas e elementos correlacionados aos quais o discurso científico da geografia brasileira está subordinado, a saber: - a base eurocêntrica de constituição do saber; - o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade; - a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem branco, ocidental, cristão. [...] O que está marcado na paisagem em geral é resultado de grupos hegemônicos que reuniram poder suficiente para imprimir suas marcas de poder. [...] Os grupos periféricos das relações de poder em geral vivem espacialidades que são fluidas e intermitentes e que estão conectadas às paisagens hegemônicas mais permanentes, duráveis e de fácil expressão material. Assim, as abordagens de gênero, notadamente quando enfocadas as feminilidades, e a abordagem de transgêneros são comumente consideradas não espaciais, não geográficas e, portanto, fora do interesse da geografia. [...] A ausência da abordagem de gênero na geografia brasileira se dá muito mais pela limitação em problematizar fenômenos que não estejam expressos materialmente em formas concretas do que pela não espacialidade da dimensão social das relações de gênero.

Nesse sentido, uma abordagem geográfica possível para estudos sobre gênero, sob a ótica feminista e bastante ilustrativa, é aquela encontrada em Rose (1993 apud SILVA, 2009b, pp. 86-8; 140): “no território do conquistador há também o conquistado, que não é passivo, que coloca em ação sua força de resistência e dá sentido ao poder exercido”. Isso possibilita a construção da “visibilidade de grupos não hegemônicos, já que rompe com a visão universal do poder”. Assim sendo, o “espaço da geografia paradoxal considera a multiplicidade de identidades dos seres, contemplando aspectos de plurilocalidade dos seres humanos que fazem



parte da análise” e entendendo que esses processos identitários não são absolutos e monádicos, mas sim relacionais. Segundo Rose (1993, p. 140), o espaço paradoxal é “multidimensional, mutável e contingente. Também é paradoxal, pelo qual quero dizer o seguinte: que espaços que seriam mutuamente exclusivos se mapeados em um mapa bidimensional - centro e margem, interior e exterior – são ocupados simultaneamente”.

4 Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo introduzir a temática de Gênero aos alunos ingressantes de Geografia, como parte das disciplinas de História do Pensamento Geográfico. A fim de facilitar a compreensão, trouxemos elementos de outras disciplinas, notadamente a Biologia, para situar como o fato biológico se manifesta, ressaltando – e exemplificando – que o biológico é, também, cultural. Assim, ao comentar sobre as anomalias cromossômicas e sobre os intersexos, podemos perceber que a narrativa está centrada sobre o direito de se constituir como sujeito ou não. Se houver a negativa, temos um caso de essencialismo, em que os sujeitos se constituem anteriormente ao próprio nascimento, uma vez que sua identidade é definida em função do sexo biológico, que, devemos ressaltar, não se apresenta apenas como homem/XY e mulher/XX e tampouco dependem da anatomia dos órgãos sexuais, como nos casos de homens sem pênis e de mulheres anatômicas com cromossomas tipicamente masculinos (XY).

Tanto a percepção acerca dos sexos quanto dos gêneros varia conforme espaço e tempo. Essa mera descrição *per se* encerra uma análise geográfica, já que não costumamos ter conhecimento sobre diferentes culturas. Nesse sentido, cabe ressaltar que a *geo-grafia* não se manifesta apenas no reconhecimento de que existe país A ou B, mas na capacidade de o geógrafo compreender o porquê de determinado fato ser diferente em lugar outro que o seu de origem. Essa ignorância prejudica o conhecimento geográfico, uma vez que anula sua *raison d'être*. Nesse sentido, mencionamos alguns casos de como essas diferenças ao longo do tempo (gregos versus modernos) e do espaço (travesti, fa'afafine, hijras, two-spirit) podem se tornar objeto de estudo geográfico. Cabe ressaltar que há certa correlação entre a negativa de direitos às mulheres e à população LGBTQ+, inclusive no Brasil. Uma abordagem possível nos estudos de Gênero relacionados à Geografia é a utilização do conceito de *espaço paradoxal*.

Referências

A MORTE E A VIDA de Marsha P. Johnson. Direção de David France. Los Gatos, Netflix,





2017.

ANTONINI, Sonir R. **Distúrbios da diferenciação sexual (DDS)**. 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4165620/mod_folder/content/0/DDS%20%20%20-%20Prof.%20Sonir%20R.%20Antonini%20FMRP-USP.pdf?forcedownload=1. Acesso em 16 jan 2019.

BAGNOLLI, Vicente Renato. Disgenesia gonádica. In: **Revista de Medicina**, São Paulo, 60 (2), pp. 70-6. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/artic le/download/57914/60969/>. Acesso em 16 jan 2019.

BIANCO, Bianca et al. Distúrbio da diferenciação sexual testicular XX: relato de caso. In: **Einstein**, São Paulo, 2011, v. 9, pp. 394-6.

BRITANNICA.COM. **Lan Caihe**, s/d. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Lan-Caihe>. Acesso 02 fev 2019.

CIENCIAMA.O.USP.BR. **Quimerismo e mosaicismo em seres humanos**. 2006-2015. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=chj&cod=quimerismoemmosaicismoemsereshumanos-ensaocienciahoje186set2002>. Acesso 20 jan 2019.

CLARK, Lorraine M. G. Women and John Locke: Or, who owns the apples in the garden of Eden? In: **Canadian Journal of Philosophy**, v. 7, n. 4, dez 1977, pp. 699-724.

CLIFFORD, Nicholas J.; HOLLOWAY, Sarah L.; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill (ed.). **Key concepts in Geography**. Los Angeles: London: New Delhi: Singapore: Washington DC: Sage Publications, 2013.

CLOKE, Paul; JOHNSTON, Ron. **Spaces of geographical thought**. Deconstructing Human Geography's binaries. London: Thousand Oaks: New Delhi: Sage Publications, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 175, de 14 e maio de 2013**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf. Acesso 13 fev 2019.

DATASUS. **Q90-Q99 Anomalias cromossômicas não classificadas em outra parte**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/q90-q99.htm>. Acesso 20 dez 2019.

DAVIS, Tasha. **Before European Christians forced gender roles, Native Americans acknowledge 5 genders**. Bipartisan Report, 19 jun 2016. Disponível em: <https://bipartisanreport.com/2016/06/19/before-european-christians-forced-gender-roles-native-americans-acknowledged-5-genders/>. Acesso 02 fev 2019.

EARLE, Carville; MATHEWSON, Kent; KENZER, Martin S (ed.). **Concepts in Human**



Geography. Boston: London: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.

EDITORIAL. A descoberta do DNA e o projeto genoma. In: **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 1, Feb 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v51n1/a01v51n1.pdf>. Acesso em 6 Jan 2019.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas. Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis.** São Paulo: Zahar, 2010.

ETTNER, Randi; MONSTREY, Stan; COLEMAN, Eli. **Principles of transgender medicine surgery.** New York, London: Routledge, 2016.

EUROGENTEST. **Alterações cromossômicas. Informação para doentes e familiares,** 2018. Disponível em: http://www.eurogentest.org/fileadmin/templates/eugt/leaflets/pdf/portuguese/chromosome_changes.pdf. Acesso 20 dez 2019.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6:** Três ensaios de uma teoria da sexualidade, fragmento da análise de um caso de histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HARTL, Judith. **1960: primeira pílula anticoncepcional chega ao mercado.** Deutsche Welle, s/d. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2Z0q>. Acesso 08 fev 2019.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos. Breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOMOSSEXUALIDADE já não é crime em Moçambique. Público, 1º jul 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/07/01/mundo/noticia/novo-codigo-civil-mocambicano-despenaliza-a-homossexualidade-1700689#gs.lFBV4 wMg>. Acesso 20 jan 2019.

HUANG, Kathy. **Tales of Waria: inside Indonesia’s third-gender community.** Huffington Post, 26 maio 2012. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/kathy-huang/tales-of-the-waria-indonesia_b_1546629.html. Acesso 02 fev 2019.

INACIO, Marlene. **Aspectos psicossociais e sexuais de pacientes com distúrbios do desenvolvimento sexual a longo prazo.** Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION (ILGA). **State-sponsored homophobia. A world survey of sexual orientation laws: criminalisation, protection and recognition.** Genebra: ILGA, 2016.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION (ILGA). **State-sponsored homophobia. A world survey of sexual orientation laws: criminalisation, protection and recognition.** Genebra: ILGA, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE divulga as estimativas de população dos municípios para 2018. **IBGE**, Editoria Estatísticas Sociais, 29

ago 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>. Acesso 16 jan 2019.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. A teoria freudiana da sexualidade 100 anos depois (1905-2005). In: *Psychê*, São Paulo, Ano XI, nº 20, jan-jun 2007, pp. 29-46.

JUSTIÇA investiga origens de homem que não pode ser enterrado. Globoplay, 03 fev 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7351781/>. Acesso 08 fev 2019.

KOFMAN, Sarah. **The enigma of woman**. Woman in Freud's writings. Ithaca: London: Cornell University Press, 1985

LA VERDAD sobre las feministas que “quemaron” sus sostenes hace 50 años. BBC News Mundo, 8 set 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-45411571>. Acesso 08 fev 2019.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEHRMAN, Sally. Quando uma pessoa não é XX nem XY. *Scientific American Brasil*, s/d. Disponível em: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/quando_uma_pessoa_nao_e_x_nem_xy.html. Acesso 30 dez 2018.

LIRA, Nubia de Fátima Balduino. **Notas sobre a Geografia da Diversidade Sexual**. Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Piauí. São Raimundo Nonato, 2017.

MARTÍNEZ, Ángel. **Índia despenaliza a homossexualidade**. El País, 6 set 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/internacional/1536217018_424450.html. Acesso 20 jan 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

‘MENINO VESTE azul e menina veste rosa’, diz Damares Alves. Folha de São Paulo, 3 jan 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso 20 jan 2019.

MOSLEY, Michael. **Guevedoces: o estranho caso das ‘meninas’ que ganham pênis aos 12 anos**. BBC News Brasil, 21 set 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150921_meninos_puberdade_lab. Acesso em 16 jan 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERSEXUAL INTERNACIONAL EUROPA (OII EUROPE).



EDITORIAL. **WHO publishes ICD-11 – and no end in sight for pathologisation of intersex people.** 19 jun 2018. Disponível em:

http://www.eurogentest.org/fileadmin/templates/eugt/leaflets/pdf/portuguese/chromosome_changes.pdf. Acesso 16 jan 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Intersex**, 2017a. Disponível em:

<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/UNFE-Intersex.pdf>. Acesso 16 jan 2019.

Transgender. 2017b. Disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/UNFE-Transgender.pdf>.

Acesso 16 jan 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). ICD-11: **Classifying disease to map the way we live and die.** 18 jun 2018. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>.

Acesso 16 jan 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Blueprint for the provision of comprehensive care for trans persons and their communities in the Caribbean and other Anglophone countries.** Arlington: John Snow Inc., 2014.

PEREIRA, Eliana Ternes. **Novas técnicas citogenéticas de interesse em Endocrinologia – revisão bibliográfica.** Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luis Capriglione, 1977.

PINTO, Christopher. **The development and prevalence of sexual minorities in modern Indian culture.** Academy for Cultural Diplomacy, Annual Conference on Cultural Diplomacy, December 2013. Disponível em: [http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/2013-12-annual/The_Development_And_Prevalence_Of_Sexual_Minorities_In_Modern_Indian_Culture_Student_Of_Law_\(Jd_Degree\)_Boston_College_School_Of_Law.pdf](http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/2013-12-annual/The_Development_And_Prevalence_Of_Sexual_Minorities_In_Modern_Indian_Culture_Student_Of_Law_(Jd_Degree)_Boston_College_School_Of_Law.pdf). Acesso 20 jan 2019.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. **Lexicon.** Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas. Brasília: CNBB, 2014.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge.** Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. Geography as a science of observation: the landscape, the gaze and masculinity. In: AGNEW, John; LIVINGSTONE, David N.; ROGERS, Alisdair. **Human Geography: an essential anthology.** Oxford: Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu, 2017 [1975].

SALLES, Ana Cristina T. da C. & CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da sexualidade. In: **Reverso**, Belo Horizonte, ano 32, n. 60, pp. 15-24, set. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 15, no 2, jul/dez 1990, pp. 71-99.





SIERRA LEONA prohíbe la mutilación genital femenina. National Geographic en español, s/d. Disponível em: https://www.ngenespanol.com/el-mundo/sierra-leona-prohibe-mutilacion-genital-femenina/?fbclid=IwAR1XrlcUpMhRbyHdNrvsZT65jqD7WzfnbfMm3ZNKvMpaiKAGddHm_vkyggE. Acesso 05 fev 2019.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009a.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009b.

SILVA, J. M. & SILVA, A. C. P. da. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SIMANKE, Richard Theisen. O Trieb de Freud como instinto 1: sexualidade e reprodução. In: **Scientiæ studia**, São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 73-95, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo**. Notícias STF, 01º mar 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso 13 fev 2019.

TAVARES, Purificação; CASTEDO, Sérgio. Alterações dos cromossomas sexuais – protocolo de actuação clínica. **Programa Nacional de Saúde Reprodutiva**, Diagnóstico Pré-natal, Protocolo de Actuação Clínica, 2018. Disponível em: www.saudereprodutiva.dgs.pt/publicacoes/diagnostico-pre-natal/alteracoes-dos-cromossomas-sexuais-pdf.aspx. Acesso 3 jan 2019.

THE UNIVERSITY OF MELBOURNE. **Why boys are blue and girls are pink**. Disponível em: <https://pursuit.unimelb.edu.au/articles/why-boys-are-blue-and-girls-are-pink>. Acesso em 29 jan 2019.

THE VILLAGE where girls turn into boys. **National Geographic**, 21 set 2015. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com.au/people/the-village-where-girls-turn-into-boys.aspx>. Acesso 16 jan 2019.

TIME. **Fashions. Baby's clothes**. Disponível em: <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,737019,00.html>. Acesso 29 jan 2019. Nov 14, 1927.

TLCTVUK. **Shocking love: the man with no pênis**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZzyN98VUF54>. Acesso 08 fev 2019. (trailer de documentário.)





TRANSRESPECT.ORG. **Transrespect versus transphobia worldwide**, 2018. Disponível em: https://transrespect.org/wpcontent/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_PR_EN.pdf. Acesso 13 fev 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Table 1. Human Development Index and its components**, 2018a. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>. Acesso 13 fev 2019.

. **Table 5: Gender Inequality Index**, 2018b. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/composite/GII>. Acesso 13 fev 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Curso de Ciências Biológicas. **A descoberta dos cromossomos sexuais**, s/d. Disponível em: <http://dreyfus.ib.usp.br/bio203/texto8.pdf>. Acesso 27 dez 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Nota de esclarecimento**. Disponível em: <https://www.furg.br/reitoria/informes-da-reitoria/nota-de-esclarecimento>. Acesso 23 fev 2019.

WARKEN, Júlia. **Ela nasceu com pênis e vagina e lutou para ser aceita como mulher**. M de Mulher, 6 ago 2018. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/intersex-nasceu-com-penis-e-vagina-e-precisou-lutar-para-ser-mulher/>. Acesso 20 jan 2019.

WILLIAMS, Lee. **Man without a penis explains how he had sex with ‘more than 100 women’**. The Independent, 7 out 2015. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/man-without-a-penis-explains-how-he-had-sex-with-more-than-100-women-andrew-wardle-a6684281.html>. Acesso em 16 jan 2019.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

